

POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E A SUSTENTABILIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM

INDIGENOUS AND TRADITIONAL AMAZON PEOPLES AND THE SUSTAINABILITY: EXPERIENCE REPORT IN THE TEACHING- LEARNING PROCESS

Andreza Paloma Góes Oliveira¹,

Data de publicação: 30/06/2026

Palavras-chave:

Processo ensino-
aprendizagem; Povos
originários e tradicionais;
Amazônia; Educação
ambiental;
Sustentabilidade.

Resumo: As ações humanas têm comprometido o equilíbrio ambiental, resultando em escassez de água, contaminação e perda da biodiversidade. Nesse cenário, a sustentabilidade busca conciliar crescimento econômico e preservação, embora haja divergências entre romper com o capitalismo ou adotar um “capitalismo verde”. Além do impacto ecológico, as desigualdades sociais reforçam a urgência de integrar políticas públicas voltadas à proteção ambiental e cultural, especialmente para povos originários e tradicionais, historicamente afetados por atividades como a mineração na Amazônia. Este relato apresenta a experiência docente na disciplina “Homem, cultura e sociedade”, ministrada ao curso de Direito do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em Parauapebas-Pará. Inserida em uma região marcada pela mineração e pela presença indígena, a instituição foi motivada a realizar em 11 de abril de 2024 o “Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás”. Metodologias ativas foram incluídas no processo ensino-aprendizagem da disciplina, tornando possível observar o engajamento dos estudantes frente a uma dinâmica onde a educação ambiental deve estar vinculada à ótica dos povos originários e comunidades tradicionais, especialmente na região amazônica, onde a influência atópica modifica constantemente nossa relação com o ambiente e hoje urge por uma defesa sustentável.

Keywords:

Teaching-learning
process; Native and
traditional peoples;
Amazon; Environmental
education; Sustainability.

Abstract: Human actions have compromised the environmental balance, leading to water scarcity, contamination, and biodiversity loss. In this scenario, sustainability seeks to reconcile economic growth and preservation, though there are divergences between rejecting capitalism and adopting a "green capitalism." Beyond the ecological impact, social inequalities reinforce the urgency of integrating public policies aimed at environmental and cultural protection, especially for indigenous and traditional peoples, historically affected by activities such as mining in the Amazon. This report presents the teaching experience in the discipline "Man, Culture and Society," taught to the Law course at the Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, in Parauapebas-Pará. Located in a region marked by mining and the presence of indigenous peoples, the institution was motivated to hold the "Forum of

¹ Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará, Brasil.

Indigenous and Traditional Peoples of the Carajás Region" in April 11, 2024. Active methodologies were included in the teaching-learning process of the subject, making it possible to observe the students' engagement in a dynamic where environmental education is linked to the perspective of indigenous peoples and traditional communities, especially in the Amazon region, where anthropic influence constantly modifies our relationship with the environment and today there is an urgent need for sustainable defense.

INTRODUÇÃO

As consequências das ações humanas vêm modificando o equilíbrio do planeta. A escassez de água, contaminação de solos, rios e oceanos e a extinção de espécies são algumas das urgências que a população está tentando reverter ou minimizar, para vivenciar de fato a sustentabilidade em sua totalidade, graças a uma reconfiguração institucional, social, econômica, política, ecológica, tecnológica e cultural (Massuga *et al.*, 2019).

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 a partir de um relatório publicado pela Comissão do Meio Ambiente das Nações Unidas (Keeble, 1988), onde a sustentabilidade foi definida como “aquilo que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”, a partir da convergência entre a tríade meio ambiente, sociedade e economia.

Estudiosos afirmam que para alcançar um caminho sustentável devemos romper completamente com a ordem capitalista, enquanto outros indicam que a reconfiguração deste modelo seria suficiente, com o surgimento do que classificam como “capitalismo verde”. Independente das divergentes opiniões a este respeito, é fato que além dos aspectos ecológicos, as desigualdades sociais impostas pela insustentabilidade do sistema econômico-financeiro mundial refletem na qualidade da vida em sociedade (Massuga *et al.*, 2019).

Segundo Dalla Libera *et al.* (2020) o discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contraditórios do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico, proclamando o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social, a partir da influência de políticas ambientais e da participação social, onde empresários, acadêmicos, indígenas, trabalhadores urbanos e rurais, somariam esforços para construir um futuro comum.

A sustentabilidade, quando integrada às políticas públicas, representa uma estratégia fundamental para o desenvolvimento e para proteção das identidades culturais de povos originários e tradicionais, os quais, por muitas vezes, são os mais afetados pelas mudanças

climáticas e por ações antrópicas (Corsino *et al.*, 2025), como a extração mineral na Amazônia, que representa um desafio ambiental e social para o desenvolvimento sustentável da região (Miranda *et al.*, 2024).

Classificados como grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, com suas próprias formas de organização social, ocupando territórios e usando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, os povos originários e tradicionais do Brasil são representados por 28 segmentos que constituem uma parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional (Brasil, 2026).

O reconhecimento territorial e da diversidade étnica dos povos originários são elementos indispensáveis para a promoção da justiça social e da sustentabilidade, como forma de retratação histórica a esse pilar da sociedade e de promoção à preservação ambiental (Corsino *et al.*, 2025).

Este é um relato de experiência profissional que visa compartilhar a temática da sustentabilidade no contexto do reconhecimento dos povos originários e tradicionais da Amazônia, aplicada no processo ensino-aprendizagem na formação superior.

METODOLOGIA

A pesquisa representa um estudo descritivo de natureza qualitativa na modalidade de relato de experiência docente vinculado à disciplina “Homem, cultura e sociedade”, ministrada ao segundo período do curso de Direito, semestre letivo 2024-1, do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – UNIFADESA, localizado na cidade de Parauapebas, no estado do Pará, Brasil, cidade onde se concentra a coexistência de atividades minerárias e a vivência de culturas tradicionais da Amazônia.

Pensando na construção de um senso crítico que valorize a história da ocupação do Brasil, a instituição de ensino, na figura da direção acadêmica, de seus docentes, discentes, autoridades e representantes indígenas, se propôs a discutir os anseios e debates que priorizem a sustentabilidade na terra dos povos originários e tradicionais de Carajás, região vinculada a cidade de Parauapebas, no “Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás”, realizado em 11 de abril de 2024, no auditório da UNIFADESA, onde a comunidade acadêmica vivenciou e participou de discussões atuais sobre uma população já bem estabelecida na região.

Aos docentes foi proposto um projeto que antecedeu o fórum, visando a condução de dinâmicas em sala de aula e a produção de materiais informativos elaborados pelos estudantes,

a fim de garantir o engajamento dos alunos no processo ensino-aprendizagem, onde a partir da aplicação de metodologias ativas como a construção de painéis, os quais foram expostos durante o fórum, juris simulados, produção de resenhas críticas e apresentações de seminário em sala de aula, foi possível relacionar um tema histórico com a emergência sustentável na sociedade atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ato de lecionar é desafiador e gratificante, normalmente envolve o aprendizado de algo novo, contudo, devemos estimular quem nos ouve a romper com paradigmas impostos historicamente em sociedade, sugerindo debates e discussões acirradas a respeito de como vivemos em comunidade, além de abordar os anseios da sociedade moderna marcada profundamente, e talvez, em alguns aspectos, definitivamente, por ações outrora ditas necessárias.

A economia e o crescimento da cidade de Parauapebas estão intimamente associados a atividade mineral da região, marcada por uma ocupação constante e transitória, convergindo com um território amplamente ocupado por povos originários, este cenário faz crescer a importância de se fazer conhecer para valorizar e respeitar raízes históricas em um território rico, não só de bens materiais.

Assim, a instituição de ensino superior UNIFADESA buscou estimular a discussão e o senso crítico do meio acadêmico, a partir de atividades desenvolvidas antes e durante o fórum institucional que objetivou a valorização da cultura tradicional local, tendo em vista este um ambiente de fortalecimento da resistência cultural, como destaca Gervásio *et al.* (2025).

Os Povos Originários e Tradicionais foram o foco principal do fórum realizado em abril de 2024, representando a defesa ao respeito humano, a preservação ambiental e o cuidado com os recursos naturais, esta parcela da população é amparada pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que regulamenta ações político-sociais de valorização cultural e ambiental dos territórios que ocupam (de Miranda *et al.*, 2025).

Dos Santos *et al.* (2025) destacam que a educação ambiental, quando pautada somente em uma perspectiva técnico-científica ocidental, negligência a preservação ambiental do ponto de vista de povos originários e comunidades tradicionais, o que dificulta a inserção de uma representatividade cultural. A fim de contornar os desafios enfrentados para se alcançar a justiça

epistemológica, as experiências pedagógicas devem propor uma educação ambiental crítica, plural e decolonial, rompendo com preconceitos estruturais.

Pensando nisso, metodologias ativas que inserem os alunos como protagonistas no processo ensino-aprendizagem foram aplicadas aos estudantes de graduação do curso de Direito, incluídas ao plano de ensino da disciplina “Homem, cultura e sociedade”, objetivando desenvolver o senso crítico em uma região marcada pela exploração e resistência.

Inicialmente, os discentes foram divididos em cinco grupos, seguindo os temas: 1- Direito dos Povos Indígenas; 2- Território dos Povos Originários de Carajás; 3- Cultura dos Povos Originários de Carajás; 4- Conquistas dos Povos Originários de Carajás; e 5- Resistência dos Povos Originários de Carajás. À cada equipe foi orientado a produção de um painel explicativo, o qual foi exposto no dia do fórum (Figura 1).

Figura 1. Exposição de painéis desenvolvidos por alunos do curso de Direito do 2º período matutino (2024-1) da disciplina “Homem Cultura e Sociedade”, do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, durante o “Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás”, realizado em 11 de abril de 2024. A. Painéis expositivos no salão principal do auditório. B. Painel expositivo na entrada do auditório.



Como observado por Oliveira *et al.* (2023), um grande desafio da docência é engajar os discentes em atividades prévias ao encontro presencial, destacando as metodologias ativas como ferramentas úteis para desenvolver a autonomia e a aprendizagem dos alunos que entregam conteúdos de grande relevância.

Após a execução da metodologia proposta, que culminou no diálogo aberto durante o fórum, o objetivo do projeto institucional à disciplina foi obtido, ampliando os conceitos de

sustentabilidade, rompendo com paradigmas históricos e compreendendo a importância da valorização da cultura local, que por vezes é abafada devido a grande migração populacional e cultural observada na região.

O sentimento de pertencimento a partir do reconhecimento e valorização territorial é capaz de promover a formação científica e cidadã de futuros profissionais, adaptados ao perfil da realidade local e capazes de atuar na resolutividade de diferentes contextos, como constatou Araújo *et al.* (2023), reiterando que, espaços educacionais, formais ou não, são determinantes no desenvolvimento cognitivo e atitudinal de indivíduos comprometidos com a sustentabilidade ecológica e social.

Como atividade avaliativa, os alunos expuseram seminários com a temática central pautada no desenvolvimento sustentável, onde foi sugerido à eles defender ou criticar o modelo do “capitalismo verde”, com a apresentação de um projeto sustentável ao final da exposição, o qual poderia já estar em vigor ou ser um novo projeto proposto pelos estudantes.

A finalização da disciplina com este tipo de abordagem permitiu o aperfeiçoamento argumentativo, crítico e criativo dos discentes, uma vez que, a turma explorou um assunto de discussão atual e necessário em vista das preocupações mundiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um relato que procurou compartilhar uma experiência profissional docente acerca da temática que envolve o atual contexto em que vivemos de urgências ambientais, sob a ótica dos povos originários e tradicionais da Amazônia, onde através da aplicação de metodologias ativas foi possível estimular o pensamento crítico e reflexivo de novas gerações de profissionais que tenham o conhecimento como objeto de mudança. O “Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás” representou um evento de grande marco institucional e pessoal, uma vez que, foram abordadas discussões advindas de quem detém a qualidade de povo originário, as quais muitas vezes são omitidas por preconceitos e interesses próprios.

Tais discussões são atemporais, permitindo que em futuros eventos institucionais comunidades tradicionais, tão importantes quanto os povos indígenas, como por exemplo, comunidades quilombolas, ambas de reconhecimento assegurado constitucionalmente, tenham seu espaço reconhecido.

É dever do professor enquanto facilitador da aprendizagem, principalmente em disciplinas que visem o debate socioambiental, consolidar o conhecimento dos estudantes

acerca da história da terra onde se vive a partir do povo que a originou, somente assim, por meio do sentimento de pertencimento, a valorização e a preservação ambiental podem ser alcançados e perpetuados, especialmente na região amazônica, onde a influência atropical modifica constantemente nossa relação com o ambiente e hoje urge por uma defesa sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio et al. Educar para a sustentabilidade no contexto de saberes tradicionais: Ações comunitárias para sensibilização ambiental e valorização da cultura local. **Revista Conexão UEPG**, v. 19, n. 1, p. 1-18, 2023.
- BRASIL. Governo Federal. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 12 fevereiro 2026.
- CORSINO, Danilo Rodrigues et al. Políticas de assistência social e as demandas indígenas: Uma perspectiva de sustentabilidade e respeito à diversidade étnica. **Lumen Et Virtus**, v. 16, n. 46, p. 1832-1846, 2025.
- DE MIRANDA, Evely Bocardi et al. Povos originários e comunidades tradicionais e as políticas públicas no Brasil. **Aracê**, v. 7, n. 1, p. 2982-2990, 2025.
- DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa et al. Currículo Escolar Como Espaço Em Disputa – Educação Ambiental E Saberes De Povos Originários E Comunidades Tradicionais. **Aracê**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 24937–24981, 2025. DOI:10.56238/arev7n5-230.
- GERVÁSIO, Júlio César Belo et al. Educação e diversidade: reconhecimento da cultura dos povos originários no ambiente escolar. **Missioneira**, v. 27, n. 1, p. 125-136, 2025.
- Keeble, Brian R. The Brundtland report: ‘Our common future’. **Medicine and war**, v. 4, n. 1, p. 17-25, 1988.
- DALLA LIBERA, Graciele; CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo. A insustentável sustentabilidade do capitalismo. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 20, n. 38, p. 137-155, 2020. doi.org/10.31512/rdj.v20i38.162
- MASSUGA, Flavia et al. Sustentabilidade versus capitalismo ou capitalismo sustentável? Uma revisão sistemática da tendência secular. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade** (ISSN 2318-3233), v. 9, n. 3, p. 194-194, 2019.
- MIRANDA, Ana Luisa Albuquerque et al. Impactos da mineração sobre os povos originários Yanomamis da Amazônia: uma revisão sistemática. **Revista Foco**, v. 17, n. 4, p. e4922-e4922, 2024. doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-107
- OLIVEIRA, Frederico Sauer Guimarães; MELO, Yuri de Abreu de; RODRIGUEZ, Martius Vicente Rodriguez Y. Motivação: um desafio na aplicação das metodologias ativas no ensino superior. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 28, p. e023004, 2023.